



De onde vêm alguns destes governantes?

Debate Política e cidadania
Domingos Lopes

Desse sempre o ser humano teve, dentro de si, a apetência para condutas de favorecimento pessoal causando prejuízo a toda a sociedade. Seja no estranho regime socialista chinês fabricante de bilionários membros do partido comunista, na terra de Agostinho Neto, em França, nos EUA, em Portugal de banqueiros de elevada confiança como se tem visto ou na Alemanha dos submarinos.

Só que em Portugal as sucessivas vagas de casos ao mais alto nível fazem pensar que muitos dos políticos se dedicam à política porque lhes é mais fácil por essa via "safarenses" na vida. Entre uma profissão e uma carreira política a grande maioria dos quadros dirigentes dos partidos preferiu abandonar a profissão ou nem sequer chegar a entrar. Em geral vai para a carreira política gente cuja convicção é tratar da vida. Há exceções, raras.

O país é dirigido por um núcleo da burguesia compradora, parasitária que ataca o Estado mas vive das áreas protegidas do Estado. Para tanto tem os seus homens de mão no governo. Precisam de ter uma boa parte da elite política ao seu serviço.

A semelhança do que se passa no mundo, os donos do dinheiro querem lucros rápidos. E investem os seus trunfos no arco.

Os políticos do arco do poder têm um problema parecido com o do pecado original nos católicos. Entram para fazer vício do poder económico. Ao início. É o pecado.

Mai entram na política sabem quem manda e quem manda pode. Eles vão a votos. Os que mandam não vão, mandam nos que vão para o governo. E está-lhes no sangue conformarem-se. Se os governassem a pensar nos de baixo a quem prometeram muito receberiam pouco pois que se sabia a consciência não é rica em contas bancárias. Os de cima, os que mandam a sério, esses podem mudar a vida a qualquer um. O pecado original é esse - fazer vênias aos que mandam na economia, aos que são donos disto tudo. Numa sociedade tão desigual, desequilibrada a todos os níveis, cheia de revistas de famosos e programas televisivos delirantes de basbaquismo, onde cada vez se lê menos e se olha mais, é previsível que os do poder tendam a governar-se enquanto o podem fazer. A maior parte deles (há exceções) sem a menor competência, salvo a de se saber posicionar para preencher cargos que defendam os interesses do "nosso partido", perdo, o interesse nacional, como ficou demonstrado na venda EDP ou dos CTT.

Há gente na política que nem capacidade teve para fazer um curso, mesmo naquelas Faculdades que mais parecem aviários de cursos. Pois gente desta pode rapidamente chegar a banqueiro ou a gestor ou a

consultor ou ao tribunal, como infelizmente se tem visto. No poder sentem o quão fácil é poder aceder a *off shores*... a fechar os olhos e a recompensar do beneficiado com a consequente perda para a comunidade. O que importa é a fortuna e ela está mão de semear nos gabinetes alcañados do poder executivo, legislativo ou autárquico. Gente que passou despercebido por onde andou, mas que no partido criou através de uma cultura de carreirismo e de descoberta de inimigos internos (o que já alastra ao futebol) ganhou notoriedade e guindou-se a altos cargos cuja mesa está recheada de iguarias apetecíveis.

A maior parte dos nossos governantes provém deste viveiro. Tirando a história e alguns históricos quais são as diferenças entre PSD e CDS? E entre PS e PSD? E à esquerda há assim tanta diferença ou a diferença é para cada um ter mais frequentes na freguesia e segurá-los para poder continuar a desfrutar o pequeno poder que justifica o partido? Em Portugal os principais dirigentes partidários do tal arco nunca fizeram outra coisa que não fosse política, salvo alguns consultores em empresas ligadas ao partido ou de Oenégés.

A política é essencial para alcançar a paz social e a justa redistribuição dos rendimentos, o que exige homens e mulheres de elevadas qualidades cívicas e morais. Os partidos, que têm governado o país nos últimos trinta anos, promoveram a altos cargos governamentais muita gente que se serviu dessa posição para se enriquecer sem causa e para arranjar para os seus partidos meios de subsistência. O deslumbramento e a obsessão pelas vantagens económicas, de que se não for naquela altura nunca mais darão o grande salto social, também ajudaram a compreender a enchente de casos criminais das gentes do arco da governança.

A República necessita de gente séria, honrada e competente. Não é verdade que competência rime com ganância. Nem que política rime com corrupção. O povo tem quem sempre fez o que fez, isto é, o contrário do que prometeu. Quando a honradez precisa da coragem do povo nas urnas, que ninguém se deixe iludir pelo ramerrão da vida e pela ideia de que nada há a fazer a não ser debarcar a corrupção triunfar.

Advogado



“ Não é verdade que competência rime com ganância. Nem política com corrupção ”

Trabalho não declarado e defesa do trabalho

Debate Segurança privada
Rogério Alves

Os números do desemprego estão na ordem do dia. A verdadeira dimensão do fenómeno tem consumido horas intensas em debates acalorados. Fala-se de desemprego disfarçado e de emprego fingido, feito à base de vínculos precários e de subsídio enganosa.

Reviram-se as estatísticas, domadas à ótica do utilizador e comparam-se os resultados obtidos pelos diversos governos. É a dimensão mais partidária da abordagem ao assunto, que se irá acirrar e intensificar com o advento das eleições.

Para lá das polémicas que são fruta própria da época eleitoral, erigidas sobre culpas e culpados há um aspeto crucial que merece consenso absoluto: a essencialidade do emprego. O setor da segurança privada assegura, aproximadamente, 38 mil postos de trabalho. As duas maiores empresas que nele operam, têm, conjuntamente, ao seu serviço, cerca de 11 mil trabalhadores. Estão, assim, entre os empregadores com dimensão muito acima da média. As dez maiores destas entidades, por seu turno, empregam cerca de 27.500 trabalhadores. Estes números constam do mais recente relatório do Conselho de Segurança Privada e que é relativo ao ano de 2014.

O setor da segurança privada soube granjear notoriedade e prestígio junto das populações. Populações habituadas a verem os vigilantes desempenharem, de forma adequada, as suas funções. Seja nas portarias, seja nos aeroportos, seja nos espetáculos musicais ou desportivos, seja no transporte de valores, os cidadãos habituaram-se a conviver com esta atividade, que tem dado provas de merecer a confiança da comunidade. Isto apesar dos episódios de marginalidade que lhe surgem associados e que, por vezes, ameaçam manchar a reputação respetiva.

Todos os casos de infração às leis terão de ser despidados, combatidos e julgados, no quadro das competências atribuídas às autoridades policiais e judiciais.

Mas estas patologias não mancham, nem de perto, nem de longe, a reputação global do desempenho, a qual merece elevados índices de aprovação. Infelizmente, porém, o setor não vive em nada que se assemelhe a um mar de rosas. Atravessa mesmo uma zona de enorme turbulência, feita de enormes dificuldades e contrariedades, para as quais a nossa associação tem procurado alertar os poderes públicos, aos quais compete, precisamente, defender a qualidade do emprego. Não é exagero afirmar-se que, se as coisas continuarem a evoluir como até agora, os resultados

poderão ser desastrosos. E não se pense que a expressão é excessiva. O mercado da segurança privada é assolado por um feixe convergente de fatores daninhos, que se podem tornar letais.

Vejam os alguns: o volume de negócios está em contração. Desde 2010 terá decaído cerca de 12,5%, o que está em linha com a contração do volume de emprego proporcionado, que, no período homólogo, perdeu 13,2%. As entidades públicas e privadas apenas rendem homenagem ao deus-preço. O que se concretiza na contratação de serviços, por valores que, a própria Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), nas suas contas, considera inferiores, aos que seriam necessários para assegurar o pagamento dos encargos mínimos com os trabalhadores utilizados. Daqui nasce o pior flagelo de todos, que

consiste no alastrar do trabalho não declarado. Este sim, distorce a sã concorrência.

Há dias, o *El Mundo* publicava uma peça sobre o chamado rei da segurança. Trata-se de Miguel Angel Ramirez, presidente do Las Palmas e celebrado empresário do setor. De acordo com o noticiado, este empresário, à custa de preço imbatíveis, foi fazendo frente

aos chamados grandes operadores. Terá agora deixado em herança dívidas de nove milhões ao fisco e 12 milhões à segurança social. Isto sem embargo de trabalhar para o Ministério da Defesa, com um contrato de 32 milhões, para o Metro de Madrid, com um contrato de 71 milhões e para a própria Segurança Social. As dívidas terão origem na forma escolhida (e legal) para remunerar o trabalho extraordinário prestado.

Os inspetores fiscais espanhóis reconhecem que grande parte do problema nascerá da persistência de uma contratação pública orientada, basicamente, pelo critério do preço. Para defendermos o trabalho, terá de se combater, sem desfalecimentos, o trabalho não declarado. Para isso temos vindo a propor a criação de equipas mistas de inspeção, compostas pela Autoridade Tributária, a segurança social a ACT e a PSP. Esperemos que a ideia possa, finalmente, ser acolhida e os resultados apareçam. A raiz do mal não carece de ser estudada em grupos de trabalho. Precisa de ser erradicada em ações eficazes.

Presidente da Associação de Empresas de Segurança e advogado

“ Para defender o trabalho, terá de se combater o trabalho não declarado ”

